

VILA C: UM CASO DE MARGINALIDADE URBANO E SOCIAL

Mayra Alejandra Bernal Huertas¹

1. APORTES INICIAIS: CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

Esse trabalho pretende discorrer brevemente sobre questões de marginalidade urbana, e é fruto de debates no decorrer da disciplina de Fundamentos de América Latina III, ministrada ao curso de Antropologia e Diversidade Cultural da UNILA em 2018.1, tendo como caso paradigma o bairro Vila C, Foz do Iguaçu/PR. Escolha desse bairro como marco de análise se deve a grande concentração de estudantes da Unila que residem nesta localidade, espaço esse o qual passei parte significativa de minha estadia aqui no Brasil. Trata-se de breve ensaio, sem se pretender exaurir o tema.

Existem alguns termos e conceitos que transcendem a esfera de ramos específicos do conhecimento para ganhar notoriedade nas comunicações cotidianas, de discussões em salas de escritórios, chão de fábrica, mesa de bar e até mesmo na arena política, passando a ocupar grande espaço como elemento retórico em manifestações oficiais de autoridades e políticos.

Nesse rol de conceitos técnicos/populares pode-se destacar o termo “marginal” ou “marginalidade”. Não é preciso muito esforço para se perceber que esse conceito perpassa todas as esferas sociais diuturnamente, seja veiculado pela mídia, em programas sensacionalistas, ou em noticiários, etc. Dentre as inúmeras acepções que esta palavra pode assumir, em sentido comum, corriqueiro, “marginal” sempre invoca um sentido negativo, muitos associam o termo ao ideal de criminalidade.

Entretanto, esse trabalho afasta-se dessas concepções de senso comum e pretende analisar o conceito de “marginal/marginalidade” à luz dos construtos teóricos propostos por Ana Claudia Veiga de Castro e Nilce Aravecchia Botas, por ocasião do artigo “Visões e representações da marginalidade no território: de Lima à metrópole latino-americana (1950-1970)”, a partir dos quais se pretende analisar a construção do bairro “Vila C”, em Foz do Iguaçu, enquanto espaço urbano concebido e gestado a partir de um ideal de marginalidade e encerramento desde os primórdios aos dias atuais, como será visto a seguir.

¹ Licenciada em Educação Especial pela Corporação Universitária Iberoamericana, Colômbia. Graduanda em Antropologia e Diversidade Cultural e mestranda em Estudos Latino-americanos pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG – IELA), UNILA. E-mail mayra.alejabbh@gmail.com

De modo não conclusivo, as autoras citadas acima trazem a lume no respectivo trabalho algumas conceituações de a respeito de marginalidade, que nos são suficientes para entender o que se quer dizer com marginalidade e de como a realidade a que se refere com essa palavra é intencionalmente constituída para atender fatores socioeconômicos. Embasadas nos escritos de Quijano, as pesquisadoras usadas em referência problematizam algumas questões que gravitam em torno do que se queira dizer ao pronunciar “marginalidade”, em caráter dicotômico, ora atribuindo o conceito a fatores individuais, e na sequência em elementos coletivos, vejamos. Da perspectiva da marginalidade como característica pessoal, as autoras, se valendo dos estudos de Quijano ressaltam que:

O sociólogo reconhecia ao menos duas matrizes às quais o termo parecia se ancorar. Uma, ligada à “teoria da personalidade marginal”, desenvolvida pela sociologia de Chicago – inicialmente na obra de Robert Park – que reconhecia a marginalidade como uma marca da personalidade. Como fenômeno psicológico e individual, a marginalidade nesse caso consistia no “conjunto de tensões e conflitos entre os elementos que, provenientes de culturas antagônicas, estão incorporados à personalidade de um indivíduo numa situação de mudança e de conflitos culturais”. Tal percepção levava, segundo Quijano, à elaboração de uma “teoria do homem marginal”: um indivíduo, que pertencendo a uma zona cultural marginal, “desenvolve um tipo de personalidade que inclui elementos culturais conflitivos esse sente afetado por essa dificuldade de se integrar de maneira coerente em termos de participação cultural” (Quijano, 1978). (Botas; Castro, 2015, p. 74-75)

Em outra vertente, Botas e Castro, (2015), apontam elementos sociais do conceito de marginal, ainda nos dizeres de Quijano, afirmando que:

A outra matriz, à qual o próprio Aníbal Quijano se ligava, correspondia a uma “teoria da situação social marginal”. Desenvolvendo-se separadamente da matriz anterior, inscrevia-se numa problemática distinta, vinculando o conceito preferencialmente aos grupos sociais e não aos indivíduos. O uso do termo com essa acepção, a essa altura, parecia já ter se generalizado na literatura sobre os problemas do subdesenvolvimento – de maneira eminentemente empírica, insistia o sociólogo – e portanto uma maior precisão conceitual, ainda que tardia, se fazia necessária. Reconhecendo que a palavra havia se introduzido no vocabulário da sociologia, mas também dos governos e dos políticos, em geral a partir dos problemas da urbanização após a segunda Guerra, como consequência do surgimento de núcleos de população recém imigrada nas periferias das cidades da maior parte das aglomerações latino-americanas, Quijano insistia que a preocupação maior que se notava não parecia ser com a situação precária em si, mas antes com o que tais populações poderiam ser capazes de fazer, dado seu relativo gigantismo se comparado aos núcleos originais [...] (p.75)

Na sequência, as pesquisadoras sintetizam o que seria a essência do pensamento de Quijano quanto ao que se entende por marginal, ressaltando que: “O sociólogo mostra assim como a questão da habitação toma a frente nas preocupações, talvez por ser o elemento mais visível do problema, convertendo, em diversos países latino-americanos daí em diante, o “problema da moradia no problema nacional por excelência” (Botas; Castro, 2015, p.75). No intento de dissecar historicamente e conceitualmente o termo marginal, ainda são

apresentadas outras perspectivas teóricas, que voltam suas preocupações para além do aspecto da moradia, contemplando fatores econômicos para a definição de marginalidade, vejamos:

Vale notar aqui que o sociólogo peruano contribuiu para consagrar a versão hegemônica do termo “marginalidade” na América Latina, ao publicar em 1973 o artigo “La Formación de un Universo Marginal en las Ciudades de América Latina” no livro *Imperialismo y América Latina*, organizado por Manuel Castells. O conceito expresso nessa ocasião fundava-se sobretudo em categorias econômicas de uma vertente estruturalista do marxismo, notando a não correspondência da urbanização latino-americana à base produtiva. Isso indicava como a industrialização “dependente” não conseguia absorver a massa de migrantes e revelava o descompasso evidente entre a urbanização e a proletarização, cujo efeito seria a produção de grupos “marginais” que, sem trabalho fixo nas cidades, teriam de se valer de expedientes e subterfúgios para a sua manutenção. Ou seja, transformando-se em trabalhadores informais, ou marginais ao sistema, e “inchando” o setor de serviços. No entanto, como esse grupo não era residual numericamente, ele se transformava em um novo polo da estrutura urbana capitalista, ocupando os espaços também “marginais” da estrutura urbana: favelas, *barriadas*, *callampas*, *villas misérias*, *ranchos*, favelas, mas também cortiços, *convetillos* e *vencidades*, de onde emergiriam práticas organizativas – de associações de bairros a movimentos urbanos de luta por terra e moradia, passando pelas demandas por infraestrutura – que em seguida passariam a ser valorizadas por uma certa esquerda desses países justamente pela potencial “autonomia” que tais organizações guardavam frente ao domínio da “cultura burguesa dominante”. O autor defendia que esse fenômeno revelava a não capacidade desses países em integrar a sua população dentro de um “projeto de país” que pudesse expandir o assalariamento para incorporar o conjunto da população no desenvolvimento capitalista, como se esperara durante o período desenvolvimentista, levando a um certo descrédito à ação do Estado (Quijano, 1973). (Costa; Borges, 2015, p. 76)

Sem embargo o esforço teórico em delimitar minimamente o conceito de marginal/marginalidade, as autoras apontam para a dificuldade dessa incumbência, preferindo-se indicar caminhos que podem auxiliar nesse debate, ressaltando-se que o debate nasce nas décadas de 40 e 60, antes mesmo da preocupação com questões urbanísticas e atualmente se desenvolve em torno de alguns aspectos de natureza dicotômica:

A complexidade que envolve o termo, como pretendemos apontar, parece estar sempre tensionada entre pares de opostos, local/ universal; periferia/centro; popular/ erudito. Por extensão, América Latina/ Europa e Estados Unidos; países periféricos/ países centrais. A identificação dessa complexidade revela como a questão, e o próprio conceito, não se esgota nesse debate, carecendo de maiores e mais profundas reflexões, e nos levam a insistir que ao discutir a arquitetura e o urbanismo não podemos excluir os demais campos da cultura. (Botas; Castro, 2015, p.86)

2. A VILA C: MEANDROS DE ENCONTROS E DESENCONTROS

Para os singelos fins desse trabalho, se adotará como base teórica o conceito de marginalidade aquele citado acima que mantém relações com viés econômico, notadamente como espaço de aglomeração da classe trabalhadora, em condições precárias de existência, para tentar se demonstrar como o bairro Vila C, em Foz do Iguaçu/PR, foi construído nesses

moldes, desse a sua idealização, até os dias atuais, sendo sinônimo, muitas vezes, de exclusão, dificuldade de locomoção urbanística, pobreza, violência etc.

Como é cediço, o bairro é idealizado na década de 70, com o início das obras do que hoje é a hidroelétrica de Itaipu, com o desiderato precípua de abrigar os trabalhadores da empreitada binacional, e segundo matéria do portal “Gazeta do Povo”, publicado em 21 de junho de 2014:

Na Vila C, vizinha da hidrelétrica, foram construídas 2.652 moradias compartilhadas, feitas em barracões. Cada uma tinha quatro casas simples, com dois quartos, cozinha, copa, banheiro. Na cobertura, o material usado foi zinco. Como foi projetado para ser provisório, o bairro não contava, sequer, com asfalto.

Como se pode perceber, a forma marginal como foi construída a Vila C já se inicia pelo próprio nome “C”, em ordem hierárquica de importância em relação às demais Vilas que foram construídas para dar suporte à construção, batizadas de Vila A e Vila B, deixando explícito que ali se abrigariam a invisível massa de trabalhadores, todos anônimos, em local menos estruturado que os demais, como o próprio nome sugere².

Terminada a obra, a Vila C, bem como suas irmãs mais abonadas, resistiram, mas sua sina continuou como local para abrigar trabalhadores e pessoa com menor poder aquisitivo da cidade de Foz do Iguaçu, carecendo de muitas obras e serviços, muito embora seja possível encontrar alguns avanços, isso é que evidencia os dados geográficos e estruturais dessa região da cidade, conforme destaca o já citado portal “Gazeta do Povo”:

Pedagoga do centro comunitário do bairro, Maria Tereza Tibes diz que hoje os principais problemas são falta de lotérica, bancos e mercados grandes. A Vila fica cerca de 20 quilômetros do centro de Foz e o trajeto de ônibus leva pelo menos 45 minutos. Como alternativa, os moradores podem frequentar o centro comercial da Vila A, que fica a sete quilômetros de distância. (Paro, 2014)

Ainda segunda a mesma reportagem, é possível afirmar que a região sofre maior assédio da criminalidade, na medida em que:

Entre 2000 e 2007, a Vila C figurou entre as regiões com maior número de homicídios de Foz do Iguaçu. Nos últimos anos, o panorama melhorou, mas, por um tempo, o estigma colou no bairro, apelidado de ‘Cezão’. “Em uma certa época, o pessoal tinha preconceito de quem morava aqui”, diz Marcos Lino Simões, 32 anos. Ele nasceu na Vila e cresceu jogando bola na rua em um período no qual a violência estava distante do dia a dia dos moradores. (Paro, 2014)

² A Usina de Itaipu construiu pelo menos 4.750 mil moradias nos três conjuntos habitacionais. Enquanto a Vila C era destinada aos trabalhadores da construção civil, a Vila A foi edificada para funcionários com cargos técnicos e administrativos e a Vila B, para o alto escalão. (Portal Gazeta do Povo).

Associado a isso, a região eventualmente sofre com a dificuldade de manter em pleno funcionamento ações do Poder Público para levar mais qualidade de vida aos moradores dessa região, como se pode indicar a partir do quase fechamento de uma biblioteca pública instalada na Vila C.

Para além de dados estatísticos, históricos e jornalísticos, não é preciso muito esforço para perceber que a Vila C carece de muitas coisas, desde a transporte, a serviços públicos, urbanização, iluminação etc. Basta uma simples caminhada pelas ruas da Vila C para se perceber a ausência de agências bancárias. Também é possível ver locais em que a vegetação cresce desordenadamente, etc.

No período noturno, é possível constatar locais de pouca iluminação, contribuindo para a sensação de insegurança na região. Ademais, a presença das torres de transmissão da energia elétrica produzida em Itaipu em vários locais da Vila C expõe a população a riscos diários inerentes a esse tipo de atividade.

Nesse sentido, as palavras de Raquel Rolnik, no ensaio *O lazer humaniza o espaço urbano*, revelam que esse tipo de cenário não se dá aleatoriamente, mas como sendo fruto de uma política urbana que não se preocupou em criar espaços públicos e coletivos de qualidade de vida e lazer, mas pelo contrário teve justamente o interesse de segregar esses espaços a parcelas pequenas da população em geral, constituindo-se como única alternativa para reverter esse quadro investimento em políticas contrárias ao atual modelo:

Até o momento, viemos caminhando de acordo com um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e intensifica a privatização da vida, o fechamento da homogeneização dos espaços e que está nos levando à desorganização social e ao caos urbano. É preciso implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia de uma cidade que conecta usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável. (2000, p.5)

Ainda segundo a autora citada acima, esse quadro é agravado quando se percebe a inércia do Poder Público em exercer seu papel regulamentador do espaço urbano:

As concepções arquitetônicas e urbanísticas desse modelo de cidade exploram e acentuam as diferenças entre esses pontos qualitativamente excepcionais e o resto do espaço urbano amorfo. Parece que quanto maior é a diferença de qualidade de vida entre esses paraísos e a realidade cotidiana da cidade, maior valor terão no mercado imobiliário. Para isso também concorre a administração da cidade que, em vez de exercer sua função pública de cuidar de todos os âmbitos da vida cotidiana, se preocupa apenas em garantir a fluidez do sistema viário que liga essas ilhas, minguando-se para um papel ridículo e ínfimo. (2000, p. 3)

Em suma, sem querer por termos conclusivos, parece-nos que a vocação da Vila C sempre foi um local marginal em relação aos pontos nobres da cidade de Foz do Iguaçu,

destinada a abrigar a massa de trabalhadores que labutam diariamente na construção econômica da cidade das cataratas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Botas, N. A.; Castro, Ana C. V. (2015). *Visões e representações da marginalidade no território: de Lima a metrópole latino-americana (1950 – 1970)*. In Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. Anais São Paulo p. 73 – 87.

Olnik, R. (2000). O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure.

Paro, D. (2014). *A vila dos barrageiros de Itaipu sobreviveu*. Recuperado de: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-vila-dos-barrageiros-de-itaipu-sobreviveu_9pj3efd489sdm4xatj02buwjy/. Acesso em: 21 jun. 2018.